



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande – PB
acerca da Contabilidade Ambiental**

Elissandra dos Santos Silva

**Campina Grande – PB
2016**

ELISSANDRA DOS SANTOS SILVA

**Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande – PB
acerca da Contabilidade Ambiental**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial
à obtenção do grau de bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientadora: MSc. Vânia Vilma Nunes
Teixeira

**Campina Grande – PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Elissandra dos Santos
Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de
Campina Grande - PB acerca da contabilidade ambiental
[manuscrito] / Elissandra dos Santos Silva. - 2016.
21 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Vânia Vilma Nunes Teixeira,
Departamento de Contabilidade".

1. Contabilidade ambiental 2. Contador. 3. Nível de
conhecimento. 3. Profissional contábil. I. Título.

21. ed. CDD 657.6

ELISSANDRA DOS SANTOS SILVA

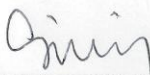
**Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande – PB
acerca da Contabilidade Ambiental**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



Professor Esp. Claudio de Oliveira Leônico Pinheiro
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

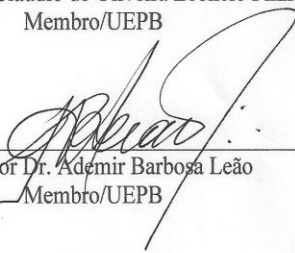
Professores que compuseram a banca:



Professora MSc. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Orientadora/UEPB



Professor Esp. Claudio de Oliveira Leônico Pinheiro
Membro/UEPB



Professor Dr. Ademir Barbosa Leão
Membro/UEPB

Campina Grande – PB, Setembro, 2016

RESUMO

SILVA, Elissandra Santos. **Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande – PB acerca da Contabilidade Ambiental.** 2016. 21. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

Além de ser capaz de conservar o meio ambiente, auxiliar na organização, evitar prejuízos e ter aumento econômico, a Contabilidade Ambiental também ajuda a identificar oportunidades e obter vantagens competitivas nas organizações. Tendo esse artigo o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos contabilistas na região de Campina Grande-PB sobre a contabilidade ambiental. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratória, descritiva e quantitativa, onde a população foi entrevistada no período de 10 de agosto de 2016 a 23 de setembro de 2016. Entre uma população de 1.040 profissionais, utilizando-se um critério por acessibilidade a amostra equivalente a 20,29% formada por 211 contadores. Foi verificado que o assunto ainda tem muito que ser abordado, visto que a maioria dos entrevistados possui um baixíssimo conhecimento a respeito do tema e assuntos que o envolvem como também as dificuldades mencionadas por esses profissionais para adquirirem mais conhecimento sobre esse assunto. Constatou-se, através dos resultados deste estudo, que cerca de 80% dos profissionais analisados vem demonstrando conhecimento insuficiente ou nenhum conhecimento sobre os assuntos ambientais destacados, utilizando como justificativa que essa carência de conhecimentos sobre o tema é decorrente da falta de oportunidades no mercado de trabalho e carência de eventos, palestras e cursos realizados na área de contabilidade ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Organização. Profissionais.

1 INTRODUÇÃO

Ao decorrer dos anos, a degeneração ocorrida ao meio ambiente vem elevando a conscientização da população sobre os problemas que afetam o planeta, conseqüentemente aumentando a exigibilidade de informações sobre os procedimentos realizados pelas empresas que afetam direta ou indiretamente o meio ambiente.

Com a necessidade de tornar evidentes as informações sobre as atividades das empresas e quais medidas estão sendo tomadas para as reduções dos impactos ambientais, a Contabilidade começou a ser vista como instrumento gerador de informações que liga a comunicação das empresas com a sociedade. De acordo com Barbieri (1997, p. 199):

[...] o crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente. Quando a empresa busca capturar oportunidades através do crescente contingente de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, essas ações tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, na qual a atuação mercadológica, marketing verde, como querem alguns, torna-se um instrumento de educação ambiental."

O conhecimento dos contadores torna-se fundamental nesta perspectiva, já que a principal responsabilidade na elaboração adequada das demonstrações, sejam elas ambientais ou gerais para as entidades, decorrem desses profissionais, como também procurar dar um incentivo as empresas em utilizar os critérios de gestão ambientais nas tomadas de decisões, pode fazer com que obtenham vantagens competitivas.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 153), a Contabilidade Ambiental “serve para evidenciar e espelhar a relação das empresas e da nação com o meio ambiente, sendo mais ambiciosa que a contabilidade tradicional”.

Observando-se o crescimento sobre as questões ambientais e a necessidade de mais informações a serem disponibilizadas das entidades perante a sociedade em relação às atividades que afetam o meio ambiente, formou-se como problema de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande-PB acerca da Contabilidade Ambiental?**

Em virtude dos pontos a serem avaliados, para alcançar o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: (i) identificar o perfil dos contadores: idade, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação na área e se teve contato com a matéria de Contabilidade Ambiental; (ii) analisar os níveis de conhecimentos sobre assuntos ambientais específicos, verificar o quanto esses profissionais estão atualizados a respeito do que surgiu ultimamente envolvendo o assunto; e, (iii) saber quais as dificuldades que os profissionais descrevem que os impossibilitam de adquirir conhecimentos na área de contabilidade ambiental.

Os dados coletados foram obtidos por meio de questionário elaborado no Google Drive, onde foram disponibilizados aos entrevistados via e-mail e redes sociais, como também foram realizadas entrevistas pessoalmente, onde foram obtidos resultados de caráter quantitativos, que segundo Boudon (1989, p. 24), “podem ser definidas como as que permitem recolher, num conjunto de elementos, informações comparáveis entre um elemento e outro”.

Quanto à estrutura desse trabalho, inicia-se com a introdução, seguindo do referencial teórico que conceitua a Contabilidade Ambiental, suas demonstrações e custos ambientais, seguindo da explicação das políticas de resíduos sólidos e ICMS ecológicos, faz-se um breve relato do CPC 29 que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas, implementação da norma ISO 14000 e Lei 6.938/81 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente. Em seqüência são descritos os procedimentos metodológicos utilizados. Continuando com a apresentação dos resultados analisados,

finalizando com as considerações finais da pesquisa e as referências fundamentadas ao estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Ambiental

A origem da contabilidade pode ser tão antiga quanta a história da civilização. Segundo mencionado nos livros, o surgimento da contabilidade está ligada a necessidade social de proteção aos bens materiais do homem. Há indícios de que os primeiros registros contábeis foram exercidos pela atividade comercial nas cidades da antiguidade. Quando o ser começava a possuir uma quantidade elevada de valores, preocupava-se em controlar as informações de suas rendas e de qual maneira poderia aumentar suas posses. Quando o valor era pequeno, poderia ser memorizado facilmente, mas se tratando de maior volume, surgia a necessidade dos registros.

Contabilidade é definida como sendo uma ciência que estuda, controla e interpretam os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação dos fatos, a fim de oferecer informações para tomada de decisões. (FRANCO, 1997).

Marinho (2008; p.5) entende a contabilidade como sendo “a ciência que tem como objetivo o estudo do patrimônio, utilizando-se métodos desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial.”

Entende-se então que contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio, utilizando métodos específicos para interpretar os fatos, registros e movimentações ocorridas no patrimônio das entidades, tendo a finalidade de fornecer aos seus usuários informações precisas para auxiliar nas tomadas de decisões.

Foi pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatório Ambiental (ISAR) a Contabilidade Ambiental passou a ser compreendida como uma área de atuação da ciência contábil em fevereiro de 1998. A definição e objetivo da Contabilidade Ambiental, segundo Costa (2012; p. 29) é:

[...] o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. E seu objetivo é fornecer aos seus usuários, internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações

na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Enquanto para Marion (2000, p. 53) “o objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Para Ribeiro (2005, p. 45), o objetivo da Contabilidade Ambiental é “identificar, mensurar, estabelecer eventos e transações que se relacionem com a proteção, preservação e recuperação ambiental ocorridos no período, visando a situação patrimonial da entidade.”

Assim, a Contabilidade Ambiental pode ser entendida como ciência do ramo da contabilidade em que as atividades das empresas são registradas e controladas a fim de monitorar os possíveis riscos que venham causar ao meio ambiente, proporcionando diferencial de mercado para as entidades que dela utilizam e funcionando como método de comunicação com a sociedade como um todo.

Espera-se que a utilização de uma política social e ambiental possa proporcionar uma diferença fundamental para as empresas no futuro próximo. Portanto, adquirir conhecimentos teóricos e práticos a respeito da contabilidade ambiental apresenta relevância para os profissionais da área, uma vez que as questões ambientais estão despertando cada vez mais o interesse da sociedade como um todo, o que tende a estimular o crescimento por parte da sociedade do nível de cobrança junto às empresas inseridas neste contexto. Assim, cabe aos operadores da contabilidade fornecer respostas às empresas e à própria sociedade.

Corroborando com esta idéia, Gray (FERREIRA 2011, p. 59) afirma que “as questões de meio ambiente devem ser assunto de interesse importante para os contadores, podendo estes contribuir na gerencia da contabilidade ambiental.”

Gray (1993. p. 4), acrescenta ainda que tal contribuição pode se dar em cinco áreas:

- “Modificar os sistemas de contabilidade existente (como no custeio de energia).
- Eliminar elementos conflitantes dos sistemas de contabilidade (como nos métodos de investimento).
- Planejar as implicações financeiras de uma agenda ambiental (como nas projeções sobre as despesas de capital).
- Introduzir o desempenho ambiental nos relatórios externos (como nos relatórios anuais).
- Desenvolver uma nova contabilidade e sistema de informações (como em um balanço patrimonial ecológico).”

Com base no estudo acima, é possível chegar à conclusão que o contabilista tem papel fundamental nessa perspectiva e deve-se manter capacitado a fazer mensuração, contabilização e evidenciação de eventos ambientais que venham futuramente afetar o planeta, buscando soluções estratégicas para restaurar danos se causados e procurando manter-se atualizado sobre aspectos envolvendo a contabilidade ambiental em geral.

2.2 Ativos, Passivos e Custos Ambientais

Devem-se separar os itens referentes aos impactos ambientais das atividades da empresa para com o meio ambiente, adotando o mesmo sistema de informações da contabilidade tradicional, identificando seus ativos, passivos, custos e outros fatores ambientais.

Para um melhor entendimento do que se trata ativo ambiental, faz-se necessário conceituar o ativo, que segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (00) um ativo tem o potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade, podendo ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. De acordo com Santos (2001, p. 91) são considerados ativos ambientais:

[...] todos os bens e direitos destinados ou provenientes de atividade de gerenciamento, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. O capital circulante é o montante aplicado para realização de atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo.

Assim, os ativos ambientais podem ser considerados todos os bens e direitos aplicados ou destinados a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente onde ocorrem impactos referentes às atividades executadas pelas empresas e possam gerar benefícios futuros para essas entidades sob forma de capital circulante e capital líquido.

Referente ao meio ambiente e também aos seres vivos que nele habitam, o CPC 29 trata do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos (animais e plantas). Esse Pronunciamento tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações relacionadas à produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade.

O passivo é conceituado segundo o CPC 00 como sendo uma obrigação presente existente em decorrência de aquisições de bens e serviços recebidos, normalmente surgindo a partir da entrega de um ativo ou quando a entidade ingressa em acordo

irrevogável para adquirir o ativo. Segundo Carvalho (2007, p. 131) entende-se como passivo ambiental:

[...] as obrigações de entidades decorrentes de danos causados ao meio ambiente ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram a entrega futura ou presente de ativos bem como a prestação de serviços.

Segundo Ribeiro; Lisboa (2000) existe duas formas de passivo ambiental: os passivos ambientais normais e os anormais. Os passivos ambientais normais são considerados aqueles decorrentes do processo produtivo da empresa onde existe a possibilidade de controle e prevenção.

Passivos ambientais anormais são decorrentes de situações inesperadas como, por exemplo, “acidente provocado por raio, terremoto, furacão ou outros eventos aleatórios que estão fora do controle por parte empresa e fora do contexto das operações” como aborda a classificação de Paiva. (2003)

No entanto pode-se, a partir deste entendimento se concluir que passivos ambientais são todas e quaisquer obrigações relacionadas ou destinadas em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, constituído de despesas atuais ou anteriores referentes a impactos ambientais sejam eles áreas contaminadas, resíduos, multas e outros custos. Segundo Otávio (2000, p.3) “A gestão de custos ambientais tornou-se um importante instrumento gerencial para a capacitação e criação de condições para as organizações, qualquer que seja o seu segmento econômico”.

Para Carvalho (2000, p. 15), “custos ambientais são todos os gastos relacionados com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil.” Sendo esses custos ambientais gastos ligados ao gerenciamento dos impactos causados da atividade empresarial ao meio ambiente, como também referentes ao atendimento de necessidades e exigências ambientais de órgãos regulamentares, devem ser reconhecidos no momento em que forem identificados.

2.3 Balanço Social

No início do século XX surgiram as primeiras manifestações a favor de mais transparência das empresas quanto ao seu comportamento social. A partir dos anos 60 e no início da década de 70, em alguns países, iniciou-se uma demanda de cobranças pelas responsabilidades sociais das entidades e surgiu a necessidade da divulgação dos

balanços sociais. Foi no ano de 1972, na França, onde surgiu o primeiro Balanço Social da história, elaborado pela empresa SINGER.

A partir da década de 90, entidades de vários setores passaram a publicar o balanço social anualmente.

O Balanço Social é composto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores e à sociedade em geral. Nele a empresa evidencia o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às suas atividades e tornando pública a sua responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

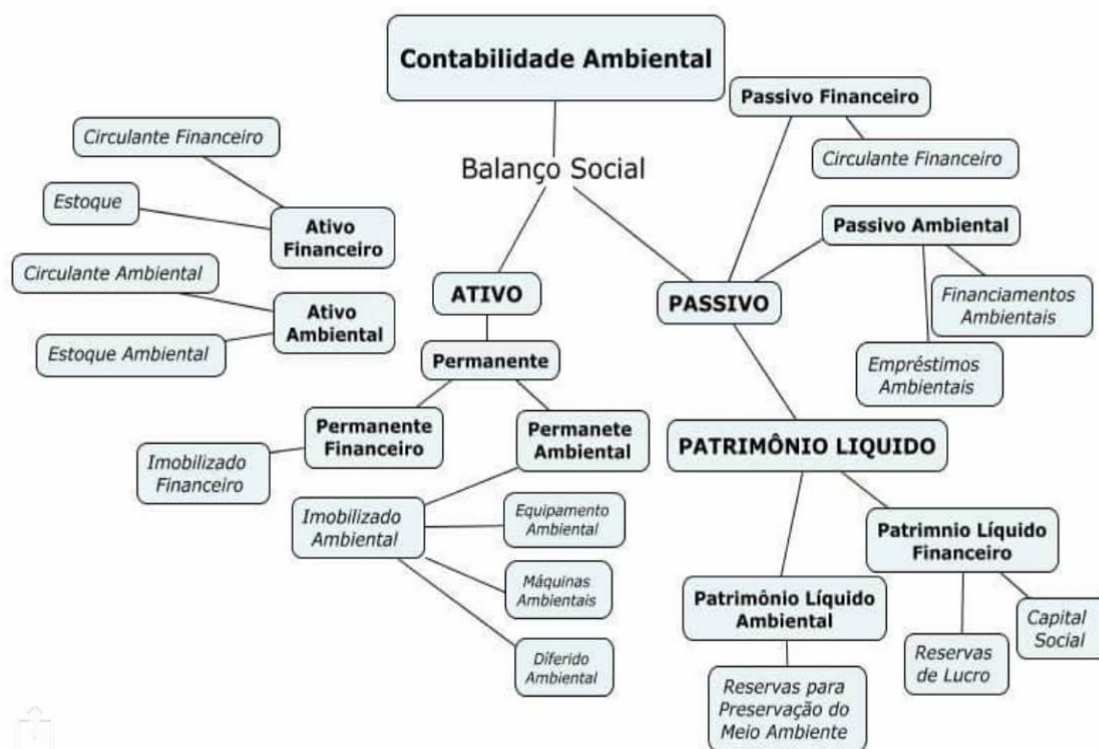
Após o surgimento da Lei 11.638/07, que passou a ser obrigatória para as companhias abertas a elaboração e divulgação do Balanço Social no Brasil, estando atualmente crescendo de forma acelerada o número de empresas que publicam anualmente o seu balanço social. Segundo Silva e Freire (2001; p. 118):

“o Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações referentes às atividades desenvolvidas pela empresa em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social nos empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como a organização é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes, e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência às suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da comunidade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre empresa e sociedade”.

Seguindo a mesma linha de pensamentos, Tinoco e Kraemer (2004, p.87) definem balanço social como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

Assim, é possível concluir o Balanço Social é um demonstrativo onde a empresa publica seus resultados ambientais anuais para a sociedade, tendo a finalidade de divulgar a sua responsabilidade social, preocupação e cuidados com o meio ambiente, podendo ser adotado como instrumento estratégico para reforçar a imagem da empresa e das marcas e produtos a elas associados.

Figura 1: Composição do Balanço Social.



Fonte: Elaboração Própria, 2016

2.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos e Política Pública do ICMS Ecológico

No intuito de controlar as conseqüências sociais, econômicas e ambientais, a Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto 7.404/10. Essa Política tem como objetivo desenvolver hábitos de consumo sustentável, incentivo de reciclagem, reutilização de resíduos sólidos e destinação adequada de dejetos. Visando os avanços necessários para enfrentar os problemas ambientais, a PNRS oferece instrumentos para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, estabelecendo as responsabilidades dos gestores, consumidores e do poder público.

Nesse aspecto, pode-se tratar o profissional contábil como um consultor de uma empresa, tornando o seu negócio sustentável e necessitando o conhecimento mínimo sobre a PNRS, obtendo assim um menor impacto possível de suas atividades no meio ambiente, tendo em vista que essa lei não é apenas mais uma opção e sim uma

obrigação por parte dos gestores, distribuidores e vendedores, para recolher e destinar de forma correta o lixo produzido.

Já a Política Pública do ICMS ecológico trata-se de uma parcela do ICMS já arrecadada pelo estado que é destinada a preservação ambiental. A Constituição Federal determina que 25% do valor de ICMS do Estado repassado para os municípios, até $\frac{1}{4}$ destes 25% pode ter a distribuição determinada pelo estado para a preservação ambiental. Segundo Pires (2008, p. 04):

“ $\frac{3}{4}$ dos 25%, no mínimo, distribuídos na proporção do Valor Adicionado Fiscal (VAF), disciplinado pela Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990, correspondente à diferença entre a saída de mercadorias, adicionadas aos serviços prestados, e a entrada de mercadorias em seus territórios, observado o ano civil. $\frac{1}{4}$ dos 25%, de acordo com o que dispuser a lei estadual.”

Demonstrando de forma gráfica para melhor entendimento:



Fonte: ICMS ecológico, InfoEscola.

Compreende-se então tal benefício como uma forma de repasse de uma parte mínima dos recursos financeiros arrecadados pelos estados para tratar dos critérios ambientais de cada município, tornando assim possível que a gestão tenha valores específicos para utilização nas obras sociais de sua administração.

2.5 Implementação da norma ISO 14000 e Lei 6.938/81

Sendo a qualidade ambiental uma das partes integrantes da qualidade total das empresas que pretendam manter sua posição competitiva no mercado, leva-se a procura por certificações ambientais, através da Norma ISO 14000 que especifica os requisitos

de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que possibilita as organizações desenvolverem e praticarem políticas e metas ambientalmente sustentáveis.

A ISO 14000 é um nome dado a uma família de normas que correspondem à SGA. Essas normas são apresentadas como um rumo para as auditorias, avaliações do desempenho, rotulagens ambientais e análise do ciclo de vida dos produtos, tendo como finalidade principal equilibrar a proteção ambiental e preservação de poluição, atentando-se às necessidades sociais e econômicas. Essa norma oferece benefícios tais como: garantia de implementação política, onde força a organização a superar resistência, ligando a política ambiental a objetivos e metas reais; consistência mundial para competição internacional, onde a norma fornece um funcionamento de gestão ambiental responsável e permite a identificação das empresas com parcerias e preocupações ambientais; satisfação dos clientes; custos reduzidos e melhoria da imagem pública. Portanto, essa norma apresenta perspectiva estratégica na organização social e ambiental da empresa.

A Lei nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece o Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem a finalidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico-social, com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. De acordo com o seu artigo 2º, expressa como objetivo: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.”

Diante das normas e leis que complementam a gestão ambiental nas organizações, é possível tomar conhecimento da importância que abrange tais requisitos na elaboração dos planejamentos e suas influências sociais e ambientais, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, na busca de atingir seus objetivos propostos, classifica-se como exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa exploratória para Cervo, Bervian e da Silva (2010) não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Para Beuren (2006, p. 80) tal caracterização ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada, de modo que, através

de um estudo exploratório, busca-se conhecer em profundidade o assunto e o aprofundamento de conceitos preliminares sobre a temática (BEUREN, 2006).

Em acordo com a pesquisa exploratória a abordagem quantitativa deverá organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar dados numéricos coletados, de modo que possa realizar projeções para uma população que nela esteja representada, e ainda possa gerar índices que venham a ser objeto de comparação.

O instrumento para coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário, com base no referencial teórico pesquisado. O questionário está composto por 19 (dezenove) questões estruturadas e 01 (uma) questão livre, onde a primeira parte está composta por 08 (oito) questões que objetivam conhecer o perfil dos respondentes. A segunda parte composta por 11 (onze) questões dispostas em uma matriz, com perguntas submetidas a uma escala *likert*, que identifica nos contabilistas 05 (cinco) níveis de conhecimento sobre a temática de Contabilidade Ambiental, a saber: (0) **Nenhum Conhecimento** (Posso me considerar um profissional que não possui qualquer conhecimento nesse assunto); (1) **Conhecimento Insuficiente** (Posso me considerar um profissional com conhecimento insatisfatório nesse assunto); (2) **Conhecimento Suficiente** (Posso me considerar um profissional com conhecimento suficiente nesse assunto); (3) **Conhecimento Quase Total** (Posso me considerar um profissional com conhecimento mais que suficiente nesse assunto, porém ainda não no nível de “especialista”); (4) **Conhecimento Total** (Posso me considerar um profissional com conhecimento “especialista” nesse assunto); e por fim a última parte com uma questão aberta.

A elaboração do questionário foi feita no aplicativo do Google Drive, disponibilizado via e-mail e por redes sociais. Outra parte foi adquirida por meio de visitas presenciais aos escritórios de contabilidade, de Campina Grande – PB, estes formulados como documento do *software Microsoft Office Word 2013*. Os questionários foram aplicados entre os dias 10 de agosto de 2016 e 23 de Setembro de 2016.

A delimitação da pesquisa está nos contabilistas ativos na cidade de Campina Grande – PB, onde primeiramente foi feita uma solicitação via e-mail ao Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRC-PB), em 26 de julho de 2016, obtendo retorno em 04 de agosto de 2016, onde foi informada a existência de 1.040 profissionais de nível superior e técnico registrados atualmente. Desta população extraiu-se uma amostra não probabilística por acessibilidade de 211 profissionais. O tratamento e a

tabulação dos dados foram realizados com a utilização da ferramenta de resultados do Google Drive e a questão aberta através do método de análise de conteúdo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada entre os contadores da cidade de Campina Grande-PB a fim de analisar o nível de conhecimento acerca da contabilidade ambiental obteve os seguintes resultados na primeira parte do questionário, que se refere ao perfil dos respondentes: 51,7% é do sexo feminino e 48,3% masculino. A faixa etária predominante dos profissionais tem idade entre 30 e 40 anos, que representa um percentual de 40,3%, seguidos por aqueles com idade entre 20 e 30 anos, obtendo 39,8%, entre 40 e 50 anos de 14,7% e mais de 50 anos são 5,2%.

No que se refere à atuação profissional, 54,5% estão empregados em escritório de contabilidade, 22,3% não atuam na área contábil, 15,1% são contabilistas autônomos e 8,1% estão empregados na área contábil em uma empresa. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos profissionais possui apenas o nível superior (65,9%), seguido pelos com especialização (19,4%), com mestrado (7,1%), técnico em contabilidade (5,7%) e que possuem doutorado apenas (1,9%).

Os quadros abaixo apresentam em percentual o tempo de conclusão da graduação, se cursou a disciplina ou se em algum momento teve contato com o tema.

Quadro1 – Tempo de formação

Há quanto tempo concluiu a sua graduação?	Frequência	%
Recém-formado	29	13,7
1 a 10 anos	102	48,4
11 a 20 anos	60	28,4
21 a 30 anos	13	6,2
Mais de 30 anos	07	3,3
Total	211	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa, 2016.

No primeiro quadro pode-se observar que o tempo de formação predominante dos profissionais entrevistados encontram-se entre 1 e 10 anos, o que significa que a maioria está atuando na contabilidade há pouco tempo.

Quadro 2 – Disciplina cursada

Cursou a disciplina de contabilidade ambiental ou gestão ambiental?	Frequência	%
Sim, na graduação	95	45
Sim, em um curso técnico	04	1,8
Sim, no mestrado	05	2,3
Sim, no doutorado	00	00
Não cursei	107	50,9
Total	211	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa, 2016

Quanto ao contato com a disciplina por parte dos entrevistados, observou-se que a maior parte, mais de 50% dos entrevistados, não cursou em nenhum momento de sua formação, seguindo pelos graduados nos últimos 10 anos, onde foram a maioria, chegando a 45%, que tinham a disciplina em sua grade curricular.

Quadro 3– Contato com a contabilidade ambiental

Participo de eventos, palestras, seminários ou congressos de contabilidade ambiental?	Frequência	%
Sim	38	18
Não	173	82
Total	211	100
Teve contato com materiais de contabilidade ambiental? Se sim, como manteve esse contato? Pode marcar mais de uma opção.		
Não	97	29,8
Sim, internet	100	30,7
Sim, revistas	27	8,3
Sim, jornais	16	4,9
Sim, televisão	17	5,2
Sim, colegas	42	12,8
Outros	27	8,3
Total	326	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa, 2016.

No que se refere ao contato desses profissionais com a matéria, observou-se que grande parte, mais de 80% dos entrevistados nunca participou de eventos envolvendo a contabilidade ambiental. Quanto a ter contato em seu dia a dia, ainda nota-se um número significativo de profissionais que nunca tiveram nenhum tipo de contato seja de

forma direta ou por colegas de trabalho. Percebe-se que 8,3% responderam que tiveram contato de outra forma que não se encontrava nas opções da questão. Dentre essas predominou a resposta que teria obtido esse contato apenas na graduação.

A Tabela 1 apresenta os dados obtidos na segunda parte do questionário, no qual se refere ao nível conhecimento dos profissionais em relacionados a assuntos específicos da Contabilidade Ambiental. As perguntas foram divididas em três tópicos (Tópico 1 = Balanço Social, Ativos, Passivos e Custos Ambientais; Tópico 2 = Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Pública do ICMS Ecológico e Gestão Ambiental; Tópico 3 = CPC 29, ISSO 14000, Lei 6.938/81 e Marketing), e as respostas dadas pelos respondentes foram demonstradas percentualmente.

Tabela 1 - Nível de conhecimento do entrevistado

TÓPICOS	NÍVEL DE CONHECIMENTO (%)				
	NC	CI	CS	CQT	CT
TÓPICO 1 – Nível de conhecimento sobre					
Estrutura, elaboração e divulgação do balanço social	33%	41%	23,7%	1,4%	0,9%
Mensuração de passivos ambientais	34,4%	44,8%	18,4%	1,9%	0,5%
Registros na contabilidade dos ativos ambientais	34%	44,8%	18,8%	1,9%	0,5%
Registros na contabilidade dos custos ambientais	37,7%	45,3%	15,6%	0,9%	0,5%
TÓPICO 2 – Nível de conhecimento sobre					
Política nacional de resíduos sólidos	38,2%	44,8%	14,2%	2,3%	0,5%
Legislação e funcionalidade da política pública do ICMS ecológico	47,2%	38,7%	11,3%	1,9%	0,9%
Como as empresas podem obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental	33,5%	40,6%	21,7%	3,3%	0,9%
TÓPICO 3 – Nível de conhecimento sobre					
CPC 29, que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas	37,6%	41,5%	15,6%	4,2%	1,4%
O processo de implementação da norma ISO 14000 (norma de certificação ambiental)	40,1%	41,5%	14,6%	2,8%	0,9%
A lei 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente	40,1%	42,9%	12,3%	3,8%	0,9%
O marketing que as empresas podem obter através da adoção de medidas ambientais no processo produtivo	32,1%	37,7%	20,8%	7,5%	2,4%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Legenda:

NC	Nenhum conhecimento	CI	Conhecimento Insuficiente	CS	Conhecimento Suficiente
CQT	Conhecimento Quase Total	CT	Conhecimento Total		

Averiguou-se a partir dos dados da tabela 1, que no primeiro tópico que se refere a elaborar um balanço social como também mensurar e registrar seus ativos, passivos e custos ambientais, entre 70% e 80% dos entrevistados possuem conhecimento insuficiente ou até mesmo nenhum conhecimento a respeito, o que abrange um percentual significativo dos profissionais.

De acordo com o segundo e terceiro tópico, faltam informações sobre aspectos envolvendo a contabilidade ambiental (quase 80%) dos entrevistados. Observou-se na última questão do terceiro tópico, que 2,4% dos respondentes dizem ter conhecimento total sobre o marketing que as empresas podem obter através da adoção de medidas ambientalmente saudáveis, onde esse número é incompatível (menor) com o percentual das questões anteriores, os deixando assim com baixa qualificação para saber fazer uma gestão ou marketing ambiental de uma empresa, já que não possuem o mesmo nível de conhecimento nas questões anteriores.

Na terceira e última parte do questionário, foi realizada uma pergunta aberta não obrigatória, onde se buscou verificar a opinião pessoal dos contadores. Nesta questão foi obtido um total de 89 respostas, representando um percentual de 42,2% do total de entrevistados, onde se fez a seguinte pergunta: em sua opinião, qual é a dificuldade encontrada para se especializar na área de Contabilidade Ambiental? Dentre as respostas recebidas, foi utilizado como critério de escolha o nível de detalhamento e clareza nas respostas, além de maior número de respondentes descreverem respostas similares, conforme demonstra o Quadro 4.

Quadro 4 – Opinião pessoal dos profissionais entrevistados

“Falta de informação e tempo insuficiente para aprimoramento, devido a alta carga de trabalho na contabilidade comercial”
“Levando em consideração a realidade das empresas da região, a maioria não demonstra interesse nesse âmbito da contabilidade. No que diz respeito às questões ambientais, as empresas geralmente só realizam aquilo que é obrigatório pela legislação, portanto não há mercado na região que motive os contadores a se especializar na área de contabilidade ambiental.”
“Devido a pouca aplicabilidade e/ou conscientização por parte das empresas de modo geral, levando o profissional contábil a procurar outras áreas de maior campo de trabalho; E também, em detrimento a falta de comprometimento do corpo acadêmico em introduzir na grade curricular mais matérias que abordem a contabilidade ambiental.”
“O mercado de trabalho para essa área é muito restrito.”
“A falta de cursos ofertados na região nordeste, bem como no âmbito nacional.”

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Com base nas respostas dos entrevistados, foi possível notar que a maioria está ciente da importância que tem a contabilidade ambiental e o quanto ela pode contribuir

para o marketing das empresas e bem estar social, porém citam a falta de cursos e especializações na área, restrição de oportunidade de emprego e falta de tempo, justificando que a contabilidade comercial exige grande parte do seu dia, deixando assim a contabilidade ambiental em ultimo plano já que não é obrigatória a sua execução perante a legislação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de explanar o conhecimento dos profissionais contabilistas sobre assuntos ligados a Contabilidade Ambiental, e visando esse profissional como o elo para o desenvolvimento de aspectos que controlem o impacto diário das atividades exercidas pelas organizações ao meio ambiente, os resultados obtidos demonstram que a maioria dos profissionais possui grande carência de conhecimento diante dos assuntos específicos da contabilidade ambiental. Nesse aspecto, o percentual de insuficiência ou nenhum conhecimento chega a 74%. Em se tratando da estrutura e elaboração do balanço social, quanto à mensuração de passivos e registro de ativos, esse número cresce para 78,8% e em relação ao registro de custos ambientais, para 83%. Entre esses últimos, os graduados nos últimos dez anos, que foi 62,1% dos entrevistados, abrange a maioria que tiveram a oportunidade de ter contato com a disciplina em sua grade curricular. Mesmo assim são os que se consideram com menor conhecimento relacionado ao tema. Deve-se levar em consideração ainda que menos de 1% dos entrevistados se consideram com conhecimento total sobre os assuntos, onde esses são os que possuem um nível de escolaridade mais alto.

Observou-se que 82% dizem nunca ter participado de eventos que abordassem esse tema. Dos que tiveram algum tipo de contato com a contabilidade ambiental, a fonte mais citada foi através da internet (30,7%), sendo este acesso, um dos mais acessíveis na era tecnológica em que vivemos. No que se refere aos obstáculos encontrados para obter conhecimento na área, estes profissionais afirmam ser a falta de cursos, congressos e especialização o maior obstáculo encontrado, seguido pela restrição de empregos apenas às indústrias.

A finalidade desta pesquisa foi analisar o conhecimento dos contadores, tentando, assim, conscientizá-los de que a contabilidade existe não apenas para que empresas tenham um diferencial em seu marketing, mas que é uma área de grande importância para o meio ambiente. Não é preciso apenas conhecimento suficiente para

saber como usar as ferramentas da contabilidade ambiental, mais sim preocupação com a vida do planeta. Então, procurou-se mostrar algumas ferramentas disponíveis que podem ser utilizadas na gestão ambiental.

As limitações apresentadas relacionam-se ao tamanho da amostra, onde a análise foi desenvolvida apenas com profissionais da cidade de Campina Grande – PB, sendo possível obter resultados maiores expandindo-se a pesquisa para outras cidades ou Estados.

ABSTRACT

Besides being able to conserve the environment, assist in the organization, to avoid damage and to get economic increase, the Environmental Accounting also helps identify opportunities and gain competitive advantage in organizations. This article has the aim of identifying the level of knowledge of accountants in the region of Campina Grande-PB about environmental accounting. Then an exploratory, descriptive and quantitative research was held, where the population was interviewed in the period from 10 August 2016 to 23 September 2016. Among a population of 1.040 professionals, using an accessibility standard for the sample of 20.29% made up of 211 accountants. It was found that it still needs to be addressed, since the majority of respondents have a very low knowledge on the subject and the issues surrounding it, as well as the difficulties mentioned by these professionals to acquire more knowledge about this subject. It was found through the results of this study, about 80% of the professionals has demonstrated insufficient knowledge or no knowledge of the environmental highlighted issues, using as justification that this lack of knowledge on the subject is due to the lack of opportunities in the market work, events, lectures and courses held in the environmental accounting field.

Key words: Environmental accounting. Organization. Professionals.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Branca Esther Camargo. **A Contabilidade Ambiental como disciplina de formação profissional:** um estudo em universidades gaúchas ligadas ao COMUNG. 2013. 21 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BERGAMINI, Sebastião Junior, **Contabilidade e Risco Ambientais**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf> Acesso em 10 de Julho de 2016

BORBA, José Alonso; NAZÁRIO, Leslie. **Contabilidade Ambiental:** A preocupação empresarial com o Meio Ambiente através da evidenciação da terminologia comumente

empregada nas Demonstrações Contábeis publicadas no Brasil. 2002. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Usp, São Paulo, 2002.

CARVALHO, N. L.; MATOS, E. R. J; MORAES, R. O. **Contabilidade Ambiental**. Pensar Contábil. Rio de Janeiro, ano III, n. 8, mai/jul, 2000.

CONSERVANCY, The Nature. **ICMS Ecológico**. Disponível em: <www.icmsecológico.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CORRAR, Luiz J.; THEÓFILO, Carlos Renato. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**: contabilometria. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

CPC. **Comite de Pronunciamentos Contabíes – CPC (00) e CPC (29)**. Disponível em: <www.cpc.org.br> Acesso em 31 de Julho de 2016.

ESCOLA, Brasil. **Balanco social**: instrumento de gestão e de transparência da responsabilidade social corporativa. Disponível em: <brasilescola.uol.com.br> Acesso em 17 de Julho de 2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ORSO, Tatiane Mileidi. **Análise do nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental dos contabilistas de Teutônia**. 2015. 98 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

MMA, Ministério do Meio Ambiente - **Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS**. Disponível em: <www.mma.gov.br/> Acesso em 1 de Agosto de 2016.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva 2005.

ROCHA, Luís Fernando da et al. Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício. **RRCF**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p.138-157, dez. 2013

SANTOS, Heloisa Lizzi dos. Contabilidade ambiental: percepção dos profissionais contábeis da cidade de alta floresta. **ORE FAF**: Revista eletrônica, Alta Floresta, v. 4, n. 2, p.146-164, fev. 2014.

SANTOS, Shirley Karola Batista et al. CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável. **FACENE**, Aracaju, v. 3, n. 1, p.1-22, set. 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001

SILVA, Julio César Pereira; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade Ambiental O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Gestão e Negócio**, São Roque, v. 5, n. 1, p.1-19, jan. 2014.